



doi.org/10.51891/rease.v8i4.5386

ALFABETIZAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LITERACY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Alessandra Aparecida da Silva Bitencourt¹ Cássia Aparecida de Mello Amaral Jesus² Luciana José de Oliveira³ Surizaday Fátima de Souza Dutra⁴

RESUMO: A alfabetização já ocorre no Ensino Fundamental, preferencialmente nos três primeiros anos dessa etapa da educação básica, mas há um debate sobre quando esse ensino deve começar. O objetivo deste artigo foi investigar conceitos de tendência relacionados ao processo de alfabetização na educação infantil. Pode-se concluir que enquanto uma atualmente valoriza as outras linguagens das crianças e a alfabetização na linguagem infantil, a outra acredita que as crianças são expostas à linguagem escrita antes mesmo de ingressar na escola, e é no espaço escolar que esse conhecimento é sistematizado.

Palavras-chaves: Crianças. Linguagens. Letramento.

ABSTRACT: Literacy already occurs in Elementary School, preferably in the first three years of this stage of basic education, but there is a debate about when this teaching should start. The objective of this article was to investigate trend concepts related to the literacy process in early childhood education. It can be concluded that while one currently values other children's languages and literacy in children's language, the other believes that children are exposed to written language even before entering school, and it is in the school space that this knowledge is systematized.

Keywords: Children. Languages. Literacy.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Especialista em Educação Infantil com Ênfase nos Anos Iniciais pela Faculdade de Tecnologia do Ipê FAIPE.

² Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Cândido Rondon - UNIRONDON, Especialista em Educação Infantil - Alfabetização Séries Iniciais Faculdades Integradas Mato-Grossense de Ciências Sociais e Humanas - ICE.

³ Graduação em Pedagogia pela Faculdade Anhanguera, Especialista em Educação Infantil - Séries Iniciais pela Faculdades Evangélicas Integradas Cantares de Salomão - FEICS.

⁴ Graduada em Pedagogia pelo Centro Universidade UNIC, Especialista Educação Especial com Ênfase em Atendimento Educacional Especializado - AEE pela Faculdade de Ciências e Tecnologia Paulista - FACITEP.





1 INTRODUÇÃO

Nesse artigo, buscamos explorar duas correntes teóricas controversas no cenário educacional sobre a questão de alfabetizar ou não alfabetizar na educação infantil.

Faria (2005, p. 136) mostrou que as crianças podem se expressar "sem usar a palavra, sem a escrita", valorizando a tridimensionalidade das coisas e estando no espaço.

Do jeito que é proposto, professores e práticas de creches e pré-escolas não devem se concentrar no aprendizado de conteúdo.

Outra posição reiterou a "importância do ato de transmitir cultura, sistematizada" (ARCE, 2007, p. 34), levando em consideração as particularidades dessas crianças menores de seis anos e utilizando o ensino como princípio norteador para viabilizar a divulgação cultural de conhecimento erudito, que não faz parte do cotidiano dessas crianças.

Quais são os fundamentos dessas teorias? Quais são as recomendações e os caminhos atuais para apoiar essa aprendizagem na educação infantil? Como essa questão surge na produção teórica na área? Por que a aprendizagem da alfabetização é vista como algo perverso nessa etapa da educação básica por uma das correntes?

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A leitura, a escrita na Educação Infantil

A relação entre a escrita e a leitura das crianças na educação infantil tem sido objeto de discussão por alguns autores que defendem a alfabetização nesta fase do ensino fundamental (STEMMER, 2007), bem como por aqueles que discutem práticas pedagógicas baseadas no trabalho de leitura e escrita na educação infantil, a alfabetização é considerada em termos de letramento (BRANDÃO, ROSA, 2011).

Stemmer (2007) destaca que as crianças estão imersas no mundo da cultura escrita desde muito cedo, e tentam decifrar a língua e usá-la como meio de comunicação, o que pode acontecer até antes de irem para a escola. Dessa forma, defendem a aprendizagem da escrita e da leitura desde a educação infantil, entendendo que os professores devem proporcionar contextos intencionais que facilitem o despertar das crianças para essa aprendizagem.





Brandão e Leal (2011) defendem que a prática da leitura e da escrita são importantes na educação infantil, defendendo o espaço dessa linguagem e respeitando as necessidades e interesses das crianças nessa fase.

Morais e Silva (2011) apresentaram um estudo sobre o desenvolvimento da consciência fonológica em crianças, explicando o que é consciência fonológica e como os professores podem promover a consciência fonológica na educação infantil de uma forma divertida que não ignorem outras práticas de leitura e escrita, como ler e escrever textos.

Girão e Brandão (2011) discutiram recomendações para que os professores produzam textos escritos na educação infantil, destacando que, dessa forma, as crianças vão construir conhecimentos relacionados à linguagem escrita antes mesmo de escreverem sozinhas.

Piffer (2007) discute a produção textual na educação infantil. Observou-se que, no período estudado, o gênero mais efetivo em sala de aula foi a história em quadrinhos, e embora o trabalho do professor fosse diferenciá-lo da prática tradicional de letramento ao trazer esse gênero para a educação infantil, as atividades eram mais voltadas para a avaliação do progresso dos pequenos no uso da linguagem escrita, limitando o trabalho a exercícios mecânicos, em vez de fazer as crianças pensarem sobre a linguagem escrita e suas necessidades sociais.

Nogueira e Peres (2010) analisaram em seu estudo as práticas de letramento e alfabetização na educação infantil, e se concentraram em analisar o uso de alfabetos e cadernos em sala de aula, pois, a partir dos dados coletados, esses materiais foram os mais utilizados no conteúdo da linguagem escrita. Ao ouvirem as posições, foi constatado que professores e coordenadores, mantêm um conceito diferenciado de trabalho de linguagem escrita na pré-escola, com coordenadores se situando na "questão da apresentação ou não das letras para as crianças na pré-escola" (NOGUEIRA E PERES, 2010, p. 14), enquanto umas acreditam que é preciso discutir o uso das letras na Educação Infantil, outras entendem que isso é conteúdo do Ensino Fundamental.

Nascimento (2012) em seu trabalho analisou o que levou à adoção do sistema apostilado em algumas instituições municipais de educação infantil, embora sua pesquisa tenha se concentrado em políticas de uso dessas apostilas. Tal pesquisa destaca um ponto





importante, que as apostilas não têm objetivos pedagógicos claros além de privar os professores da "liberdade e autonomia" de seus planejamentos, e acabam sendo usadas para igualar instituições privadas que utilizam apostilas.

Em outra posição estão os contrários à iniciação desse processo na Educação Infantil, argumentando que iniciando a alfabetização, estaremos antecipando o fracasso que ocorre na primeira série. Assim, propõe que se trabalhe "as cem linguagens da criança" (FARIA, 2005a), e que valorize sua infância. Faria (2005a) faz referência à poesia de Loris Malaguzzi (1999 apud FARIA, 2005a), na qual diz "que todos nós temos cem linguagens, só que quando somos pequenos começam a roubar e só nos deixam sabendo falar e sabendo escrever (p. 124)". Esta poesia está no anexo do trabalho de Faria (2005a) e retrata todas as formas que as crianças têm: as mãos, a imaginação, o mundo [...] enfim, afirma que, ainda crianças, são nos roubadas essas linguagens.

Seguindo essa ideia de uma pedagogia que valoriza cem linguagens, nos traz uma proposta de uma pedagogia da educação infantil sem conteúdo escolar. Nesse sentido, reconhece a particularidade dos professores de educação infantil, que não estão ali para ensinar, mas para desorganizar o tempo e o espaço das crianças na educação infantil, o que exige a "alfabetização na linguagem infantil" para esse profissional, segundo Faria (2005), o primeiro passo é compreender melhor o desempenho das crianças por meio do desenho.

Em outro estudo envolvendo pesquisa em pedagogia, Faria (2005) discute as políticas para a primeira etapa da educação básica, enfatizando a necessidade de uma pedagogia sem conteúdo escolar. Ao defender que a educação infantil não deve ser preparada para o ensino fundamental, destacou a importância disso e defendeu o trabalho com crianças dessa idade ao invés do ensino como limitação da prática pedagógica:

Educar e cuidar são objetivos da educação infantil, assim colocados para dar ênfase na centralidade da criança e na sua especificidade em relação ao ensino escolar. O que não quer dizer que a creche e a pré-escola também não tenham o objetivo, como a escola, de reproduzir e coagir, e também de transformar e libertar e, como toda educação, tem sempre o objetivo de cuidar. Também não quer dizer que a educação nessas instituições não tenha conteúdo, seja espontaneísta, só porque nelas não se trabalha com conteúdos escolares e o professor não ministra as disciplinas escolares formais: o professor é um professor de crianças (FARIA, 2005, p. 1021).





Com base na experiência de Reggio Emilia, Barros et al. (2012) tentaram posicionar o estudo brasileiro para analisar a situação da política de educação infantil, que decorreu da prática docente italiana, pois acreditavam que não era um modelo a ser seguido, mas um exemplo de "escola democrática para a infância" (BARROS et al., 2012, p. 35). Os autores revelam as políticas educacionais do Brasil, mostrando suas verdadeiras intenções, deixando de lado as necessidades reais das crianças brasileiras, e destacando questões significativas com a formação de professores e materiais utilizados, e essas políticas querem apenas seguir o modelo de ensino dominante.

O processo de ensino de Reggio Emilia é construído a partir da prática que emerge na sala de aula, na relação recíproca entre criança e educador e aluno-aluno. A filosofia educacional de Reggio Emilia exige a participação de todos aqueles que estão na escola ou envolvidos nesse ambiente escolar, vendo a escola como uma organização com a função ideal de transformação e participação (BARROS, 2012, ibid.).

Barros (2012) e Faria (2005) defendem essa visão de educação desde as escolas de Reggio Emilia até as instituições brasileiras.

Bragagnolo e Dickel (2005) analisaram trabalhos que discutem a relação entre a aprendizagem da linguagem escrita na educação infantil. Observamos o fato de que existem muitos pontos de vista teóricos e não há consenso entre eles, daí a importância deste trabalho. Os autores afirmam que poucos trabalhos abordam essa especificidade da alfabetização na educação infantil.

Ainda de acordo com Bragagnolo e Dickel (2005) alguns conflitos teóricos entre conceitos e referências. De modo geral, essas reflexões nos levaram a reiterar a importância da produção de trabalhos sobre o uso da linguagem escrita na educação infantil, por isso a pesquisa aponta para o seguinte: a participação das crianças nas atividades de letramento, a formação sociocultural na prática da escrita.

Diante desse debate teórico, devemos considerar a pesquisa de Kramer (2001) sobre recomendações instrucionais e currículos elaborados para a educação infantil, mostrando que não temos política de educação infantil nem formação específica para professores que



da educação infantil.



atuam na área. O debate afetivo e educativo é também objetivo de pensar e definir o currículo

2.2 A língua escrita e o brincar

Vigotsky (2007) aponta que a escrita é enfatizada como uma forma mecânica nas escolas, e que se ensina as crianças a "desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita" (p. 123), a partir dessa compreensão que o aprendizado da leitura e escrita só poderá ser apreendido a partir da compreensão do desenvolvimento dos signos "a linguagem escrita é constituída por um sistema de signos que designam os sons e as palavras da linguagem falada" (p. 126).

Sobre a prática do ensino da leitura e da escrita, Vygotsky tira conclusões sobre o assunto com base em experimentos que vêm sendo realizados. Em primeiro lugar, ele é a favor desse trabalho desde o jardim de infância, desde que esse campo da linguagem esteja relacionado às crianças, caso contrário ele não aprenderá a escrever, mas um treino motor, que é o segundo ponto levantado.

Em terceiro lugar, a escrita não pode ser imposta, não é algo de fora para dentro, tem que acontecer naturalmente, onde "[...] desenhar e brincar deveriam ser estágios preparatórios ao desenvolvimento da língua escrita das crianças. Os educadores devem organizar todas essas ações e todo o complexo de transição de um tipo de linguagem escrita para outro" (VIGOTSKY, ibid., p. 145).

Ferreiro (1987) também apontou a discussão sobre quando começar a alfabetizar, e essa questão parte do pressuposto de que os adultos querem decidir quando as crianças vão começar a aprender. Essa ação ocorre tanto por quem pretende iniciar a aprendizagem, pelos que não acreditam que é na pré-escola que trabalha a alfabetização, e nos dois casos "o acesso a língua escrita começa quando o adulto decide" (FERREIRO, 1987, p. 97).

Há uma razão para esse pensamento, os professores acreditam que as crianças aprendem por meio de um método, não levando em conta que a criança tem conhecimento prévio.

Ferreiro (1987) aponta que as crianças já usam os números socialmente antes mesmo de irem à escola, tanto no cálculo de situações quanto na ordenação das coisas, assim como





os sistemas de escrita, uma vez que as crianças fazem parte de um ambiente urbano, onde a escrita existe em seu ambiente, mas apontando para o fato de que para as crianças que não vivem em ambientes onde a sociedade utiliza a leitura e a escrita, a pré-escola desempenha um papel importante nessa conexão.

CONCLUSÃO

É necessário compreender as razões do debate sobre este tema, uma das posições é defender o valor da tridimensionalidade das palavras, figuras e todos os objetos feitos pelas crianças, e apontar que ao antecipar este tipo de da docência, prevemos acontecer na reprovação do ensino fundamental (FARIA, 2005), enquanto outra posição defende o ato de ensinar e não há problema em falar sobre a docência na educação infantil, eles acreditam que a prática oral e escrita deve permear essa etapa da educação básica, reconhecem que a formação é necessária, e nesta formação, as crianças, a infância e suas necessidades recebem atenção, ressaltando que "ensinar" na educação infantil não é anormal, argumentando que todo conhecimento acumulado na história não deve ser negado, mas fornecido às crianças a partir do momento em que ingressam em uma instituição de ensino (ARCE, 2007 e STEMMER, 2007).

Em outra posição, semelhante à defesa de Arce e Stemmer, é olhar a alfabetização na perspectiva da alfabetização (BRANDÃO e ROSA; BRANDÃO e LEAL; MORAIS e SILVA; GIRÃO e BRANDÃO, 2011), pois valorizam e defendem o ensino sistemático na educação infantil, entendem que a escrita envolve a vida da criança, não tem porque esse conhecimento não ser trabalhado na primeira etapa da educação básica, se nos basearmos nas contribuições de Visgotsky e Ferreiro sobre qual deve ser o papel do professor na mediação da apropriação da linguagem escrita pelas crianças, será o início de um trabalho exitoso na educação infantil.

Então, quando se trata de escrever, acreditamos que, como qualquer outro conhecimento, não há razão para negá-lo, se é algo que uma criança precisa saber, não se trata de antecipar ou esperar o ano letivo certo, trata-se de explorar o contexto escrito e





proporcionar um instante de descoberta em qualquer área, conhecimento e compreensão de que as crianças podem ser expostas à linguagem escrita antes mesmo de entrar na escola.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e o espontaneísmo: (re) colocando o ensino como eixo norteador do trabalho pedagógico com crianças de 4 a 6 anos. In: _____; MARTINS, Lígia Márcia (orgs.). Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil? Em defesa do ato de ensinar. Campinas, SP: Alínea, 2007.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de; et al. Educação Infantil, Políticas públicas e o direito à infância: a experiência de Reggio Emilia. In: NOGUEIRA, Ione da Silva Cunha; SANTOS, Valdeci Luiz Fontoura. Políticas públicas para a educação no Brasil-Infância, Conselhos de Educação e Formação de Educadores. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2012,

BRAGAGNOLO, Adriana; DICKEL, Adriana. A linguagem escrita na educação infantil: discussões presentes no cenário acadêmico atual. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa e Educação, 28, 2005, Caxambu. Anais. Minas Gerais: ANPED. 2005. Disponível em http://www.anped.org.br. Acesso em 20/05/2022.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; LEAL, Telma Ferraz. Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa? In. ____; ROSA, Ester Calland de Sousa. Ler e Escrever na Educação Infantil- Discutindo práticas pedagógicas. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____; ROSA, Ester Calland de Sousa. Apresentação. In. _____; ___. Ler e Escrever na Educação Infantil - Discutindo práticas pedagógicas. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011,

FARIA, Ana Lucia Goulart. Sons sem palavras e Grafismo sem letras/Linguagens, Leituras e Pedagogia na Educação Infantil. In.: FARIA, A. L.G., MELLO, S. A. O mundo da escrita no universo da pequena infância. Campinas, SP: Autores associados, 2005a.

_____. Políticas de regulação, pesquisa e Pedagogia na educação infantil, primeira Etapa da educação básica. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1013- 1038, Especial - Out. 2005b. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em 20/05/2022.

FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de. **Pesquisa em educação física: enfoques e paradigmas**. Pesquisa e Produção do conhecimento em Educação Física. Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Física. In: FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de; FARINATTI, Paulo de Tarso (orgs.). RJ: Ao Livro Técnico, 1992.





FERREIRO, Emilia. Deve-se ou não se deve ensinar a ler e escrever na pré-escola? Um problema mal colocado. Reflexões sobre a alfabetização. Tradução: Horácio González. 9 ed., São Paulo: Cortez, 1987.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sanches. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da Pesquisa educacional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIRÃO, Fernanda Michelle Pereira; BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. **Ditando e escrevendo: a produção de textos na Educação Infantil**. In.____;____. Ler e Escrever na Educação Infantil- Discutindo práticas pedagógicas. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares de educação infantil: para retomar o debate. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 24, 2001, Caxambu. Anais. Minas gerais: ANPED. 2001. Disponível em http://www.anped.org.br. Acesso em 20/05/2022.

MORAIS, Artur Gomes de; SILVA, Alexandro. Consciência Fonológica na Educação Infantil: desenvolvimento de habilidades metalingüísticas e aprendizado da escrita alfabética. In.____;____. Ler e Escrever na Educação Infantil- Discutindo práticas pedagógicas. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 49 jan.-abr, 2012, p. 1-24. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a03v17n49.pdf. Acesso em 20/06/2022.

NOGUEIRA, Gabriela Medeiros, PERES, Eliane. Problematizações acerca do uso do alfabeto e do caderno no cotidiano de uma turma de Educação Infantil. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu. Anais. Minas gerais: ANPED. 2010. Disponível em http://. Acesso em 20/05/2022.

PIFFER, Maristela Gatti. **O trabalho com textos na educação infantil**. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 30, 2007, Caxambu. Anais. Minas gerais: ANPED. 2007. Disponível em: http://3oreuniao.anped.org.br. Acesso em 20/05/2022.





STEMMER, Márcia Regina Goulart S. A Educação Infantil e a Alfabetização. In: ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (orgs.). Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil? Em defesa do ato de ensinar. Campinas, SP. Editora: Alínea, 2007.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. A pré-história da linguagem escrita. VIGOTSKY, L. S. Organizadores Michael Cole... [et al.]. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.